



ISSN 2763-6739



MESTRADO
EM EDUCAÇÃO INCLUSIVA

**Desafios e estratégias na formação de professores para a
educação inclusiva e direitos humanos na educação básica**

<http://doi.org/10.5212/RevTeiasConhecimento.2024.22795>



Marlene da Silva*

<https://orcid.org/0009-0003-5378-7513>



<http://lattes.cnpq.br/5710539727819909>



Elisangela Leal de Oliveira Mercado**

<https://orcid.org/0000-0003-2815-4813>



<http://lattes.cnpq.br/2713240004237441>



* Mestranda em Educação Inclusiva pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP/PROFEI) e Professora do Município de Catanduva, /SP.
✉ marlene.silva@unesp.br

** Doutora em Educação pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL), e Professor do Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Educação Inclusiva da Universidade Federal de Alagoas (PROFEI/UFAL).
✉ elisangela.mercado@cedu.ufal.br

Desafios e estratégias na formação de professores para a educação inclusiva e direitos humanos na educação básica

Marlene da Silva e Elisângela Leal de Oliveira Mercado

Desafios e estratégias na formação de professores para a educação inclusiva e direitos humanos na educação básica

RESUMO: Este texto discute a problemática da formação de professores em educação inclusiva e direitos humanos na educação básica, com o intuito de refletir como a formação docente pode ser pensada para promover uma educação inclusiva baseada nos princípios dos direitos humanos. Consiste em uma pesquisa qualitativa de natureza exploratória, baseada na análise de literatura relevante e dados existentes, a pesquisa examina como a formação docente pode ser aprimorada para melhor incorporar práticas inclusivas e respeitar os direitos humanos. Os resultados indicam que, apesar de avanços legislativos, persistem desafios significativos devido à falta de recursos específicos e à persistência de preconceitos. Conclui-se que a formação de professores ainda necessita de uma abordagem mais integrada que inclua não apenas conhecimento técnico, mas também competências emocionais e éticas. A pesquisa ressalta a importância de preparar educadores para serem agentes de mudança, capazes de implementar uma educação verdadeiramente inclusiva. As implicações deste estudo sugerem a necessidade de reformas nas políticas de formação docente para atender às demandas da educação inclusiva moderna.

Palavras-chave: Formação de professores; direitos humanos; educação inclusiva.

Challenges and Strategies in Teacher Training for Inclusive Education and Human Rights in Basic Education

ABSTRACT: This text discusses the challenges of teacher training in inclusive education and human rights in basic education, aiming to reflect on how teacher training can be structured to promote inclusive education based on human rights principles. This is an exploratory qualitative research, based on the analysis of relevant literature and existing data. The research examines how teacher training can be enhanced to better incorporate inclusive practices and uphold human rights. The results indicate that, despite legislative advancements, significant challenges persist due to the lack of specific resources and the persistence of prejudice. It concludes that teacher training still requires a more integrated approach that includes not only technical knowledge but also emotional and ethical competencies. The research highlights the importance of preparing educators to be agents of change, capable of implementing truly inclusive education. The implications of this study suggest the need for reforms in teacher training policies to meet the demands of modern inclusive education.

Keywords: Teacher Training; Human Rights; Inclusive Education.

1. INTRODUÇÃO

A educação inclusiva e a formação de professores em direitos humanos são essenciais para o desenvolvimento de uma sociedade justa e equitativa. A legislação brasileira é considerada a mais avançada do mundo nesse aspecto ao assegurar direitos iguais para todos os cidadãos, independente do gênero/sexo, classe social, credo, etnia/raça ou deficiência. A materialização dessa legislação tem revelado o distanciamento entre direitos e deveres no cotidiano das pessoas com deficiência.

O aumento gradual da inclusão escolar aponta os desafios enfrentados pelo sistema de ensino. Para assegurar o direito à educação para todos, os professores precisam de um modelo formativo fundamentado nos princípios da educação inclusiva e dos direitos humanos. A identificação dos problemas e lacunas da formação docente é tema de estudo de vários pesquisadores (Libânio, 1998; Gadotti, 2003), destacando que, no geral, as políticas de inclusão são bem fundamentadas teoricamente, entretanto, a aplicação efetiva é dificultada pela falta de preparação adequada dos professores da sala de aula comum e o exercício das práticas pedagógicas excludentes.

Este trabalho visa refletir como a formação docente pode ser pensada para promover uma educação inclusiva baseada nos princípios dos direitos humanos. Analisando a literatura existente e integrando dados de estudos de caso relevantes, é possível identificar os principais elementos que promovem ou impedem a efetividade da educação inclusiva, com um foco particular na preparação dos professores para enfrentar esses desafios.

Encontra-se estruturado para primeiro revisar a literatura pertinente à formação de professores em educação inclusiva e direitos humanos, seguido por uma descrição detalhada da metodologia exploratória adotada, combinando revisão sistemática e análise de dados secundários. Os resultados desta análise são apresentados e discutidos, culminando em recomendações baseadas em evidências para reformular os currículos de formação docente. Assim, a conclusão aponta as

implicações das descobertas para políticas e práticas educacionais, e propõe direções para pesquisas futuras, destacando a necessidade contínua de inovação e adaptação nas estratégias de formação docente para responder eficazmente às necessidades da educação inclusiva moderna.

2. REVISÃO DE LITERATURA

A educação inclusiva no Brasil tem avançado significativamente, nas últimas décadas, enfrentando a segregação histórica dos estudantes com deficiência. Esse progresso está alinhado com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, que afirma a dignidade, liberdade e educação como direitos universais. A implementação de políticas públicas, como a Política Nacional de Educação Especial, visa garantir esses direitos, promovendo uma educação de qualidade e inclusiva.

É essencial para o desenvolvimento de uma sociedade justa, exigindo a formação de professores em direitos humanos. Apesar dos avanços na legislação brasileira, os desafios persistem devido à falta de recursos e preconceitos. A formação docente carece ser aprimorada para incorporar práticas inclusivas e competências emocionais e éticas, preparando os educadores para serem agentes de mudança. A escola deve ser um ambiente acolhedor e transformador, respeitando as necessidades dos alunos e promovendo a cidadania e a justiça. A educação deve ser vista como um direito, assegurando que todos os alunos, independentemente de suas particularidades, tenham acesso a uma educação de qualidade e igualitária.

Costa (2023) afirma que, a educação inclusiva está intimamente relacionada aos direitos humanos e à formação docente, sendo essencial para a democratização escolar. A inclusão de estudantes com deficiência deve ser vista como um direito fundamental e uma ferramenta para combater preconceitos históricos na educação. Baseada na Teoria Crítica da Sociedade destaca a importância da educação na emancipação e autonomia dos indivíduos, contrapondo-se à violência e à violação dos direitos humanos.

Os estudos sobre educação em direitos humanos na América Latina, incluindo

o Brasil, são relativamente recentes. O debate intensificou-se com a elaboração do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH) em 2006, para consolidar um projeto de sociedade baseado na democracia, cidadania e justiça social. Esse plano promove a cultura dos direitos humanos, focando na solidariedade e no respeito às diversidades culturais dentro das escolas.

As políticas de inclusão escolar e os movimentos sociais têm exposto a violência do preconceito contra grupos historicamente marginalizados. A segregação, mantida por séculos, está sendo desafiada, exigindo uma reestruturação da escola para acolher a diversidade. A formação docente deve ser adaptada para lidar com essa diversidade, promovendo uma educação democrática e inclusiva.

A inclusão escolar do estudante com deficiência nas escolas comuns é crucial para o desenvolvimento de uma sociedade justa. A educação deve promover a autonomia e a participação ativa de todos os estudantes, independentemente de suas diferenças. A prática pedagógica inclusiva deve ser baseada em princípios democráticos e humanitários, permitindo que todos aprendam juntos em um ambiente acolhedor e solidário.

Na visão de Costa (2023), a educação inclusiva traz benefícios tanto para estudantes com deficiência quanto para seus colegas sem deficiência. A convivência entre diferentes indivíduos nas salas de aula promove a aprendizagem colaborativa e a reflexão crítica, fundamentais para a construção de uma sociedade mais igualitária e justa. A formação docente, portanto, deve estar orientada para a inclusão e a promoção dos direitos humanos.

A formação docente no Brasil ainda enfrenta desafios significativos. Muitos professores não se sentem preparados para lidar com a inclusão, o que revela a necessidade de uma formação mais abrangente e sensível às questões de direitos humanos. A educação inclusiva exige uma abordagem pedagógica que valorize a diversidade e promova a justiça social.

Então, Costa (2023) destaca a importância da educação em direitos humanos

Desafios e estratégias na formação de professores para a educação inclusiva e direitos humanos na educação básica

Marlene da Silva e Elisangela Leal de Oliveira Mercado

para a superação da violência e da discriminação. A escola deve ser um espaço de formação crítica e emancipatória, onde todos os estudantes, com e sem deficiência, possam desenvolver suas potencialidades. A inclusão escolar, portanto, é essencial para a construção de uma sociedade mais democrática e humana.

A formação docente desempenha um papel fundamental na promoção da Educação Inclusiva, especialmente considerando as diferenças dos alunos e suas aprendizagens. A análise dos currículos dos cursos de licenciatura revela a importância de incluir disciplinas que abordem a diversidade, proporcionando uma formação mais completa para os futuros professores. A pesquisa qualitativa analisou fluxogramas e Projetos Acadêmicos Curriculares (PACs) de cursos de formação de professores, evidenciando que cursos como Ciências Biológicas, Educação Física, História e Pedagogia são os que mais oferecem disciplinas relacionadas à Educação Inclusiva.

Na visão de Dias e Silva (2020), a ausência de disciplinas específicas sobre Educação Inclusiva nos currículos universitários impede um debate essencial, sobretudo nas licenciaturas. Isso é particularmente preocupante, dado o aumento significativo no número de matrículas de alunos com deficiência nas classes regulares. A inclusão de tais disciplinas é crucial para preparar os professores para lidar com a diversidade e as necessidades especiais dos alunos, promovendo um ambiente educativo mais inclusivo e equitativo.

O sistema escolar brasileiro tem historicamente excluído aqueles que não se ajustam aos padrões normativos. A presença de estudantes com deficiência nas escolas regulares expõe a ineficácia de um sistema que não está preparado para atender a todas as necessidades educacionais. É urgente discutir formas de educação que combatam a segregação e promovam a aprendizagem de todos os alunos, independentemente de suas habilidades ou deficiências.

De acordo com Dias e Silva (2020), a integração foi o primeiro passo para a inclusão de alunos com deficiência nas escolas regulares, mas essa abordagem tem sido criticada por perpetuar a segregação. A verdadeira inclusão exige mudanças

estruturais e pedagógicas nas escolas, além de uma formação docente que prepare os professores para lidar com a diversidade em sala de aula. A inclusão não deve ser vista como uma fase, mas como um processo contínuo de adaptação e melhoria do sistema educacional.

A abordagem da deficiência nos currículos de formação de professores ainda é predominantemente baseada no modelo médico-psicológico, que foca nos aspectos biológicos. Esse modelo é criticado por não considerar a complexidade das interações sociais e pedagógicas que influenciam a aprendizagem dos alunos com deficiência. A formação docente deve, portanto, adotar uma perspectiva mais holística, que leve em conta os diversos fatores que impactam a educação inclusiva.

Dias e Silva (2020) reverberam que a disciplina de Libras (Língua Brasileira de Sinais) está presente em todos os cursos de licenciatura analisados, o que demonstra um avanço significativo em termos de cumprimento da legislação. No entanto, a inclusão de Libras nos currículos deve ser acompanhada de um debate crítico sobre a inclusão, para garantir que os futuros professores estejam verdadeiramente preparados para atender às necessidades dos alunos surdos.

Desta forma, os cursos de licenciatura devem incluir não apenas disciplinas específicas sobre Educação Inclusiva, mas também promover uma formação que integre a crítica social e a reflexão sobre as práticas pedagógicas. Isso permitirá que os professores desenvolvam estratégias efetivas para atender a todos os alunos, promovendo uma educação verdadeiramente inclusiva.

Dias e Silva (2020) reforçam que a responsabilidade de formar professores capazes de atuar na educação inclusiva não deve recair apenas sobre os cursos de Pedagogia. Todos os cursos de licenciatura devem incorporar essa responsabilidade em seus currículos, reconhecendo a importância de uma formação ampla e diversificada que prepare os professores para os desafios da educação inclusiva. A formação continuada também é essencial para garantir que os professores possam atualizar suas práticas pedagógicas e continuar aprendendo ao longo de suas carreiras.

Desafios e estratégias na formação de professores para a educação inclusiva e direitos humanos na educação básica

Marlene da Silva e Elisângela Leal de Oliveira Mercado

O papel que a escola tem na sociedade em que vivemos vai muito além de educar e ensinar aos alunos os conhecimentos eruditos, ou seja, conhecimentos científicos, mas ela tem a responsabilidade social, bem como na formação moral e cidadã do aluno e em contrapartida, na formação do seu intelecto.

[...] educação é o conjunto das ações, processos, influências, estruturas, que intervêm no desenvolvimento humano de indivíduos e grupos na sua relação ativa com o meio natural e social [...] É uma prática social que atua na configuração da existência humana individual e grupal, para realizar nos sujeitos humanos as características de “ser humano”. [...] (LIBÂNEO, 2004, p.30).

A escola não é formada apenas pelos professores e estudantes, ao contrário, ela é uma unidade na qual toda a sociedade tem sua parcela de responsabilidade na transmissão de valores para que auxilie e influencie diretamente na formação da criança que está nela inserida. É por isso que, momentos na qual prezam pela coletividade e presença de pais, comunidade, corpo discente, alunos, etc., são tão importantes na formação do aluno e esses momentos devem estar presentes na organização escolar de cada instituição de ensino.

Dentre os fatores que podem vir a contribuir para construir essa educação, vale a pena referir aqueles destacados por Braslavsky: 1) o foco na relevância pessoal e social; 2) a convicção, a estima e a autoestima dos envolvidos; 3) a força ética e profissional dos mestres e professores; 4) a capacidade de condução de diretores e inspetores; 5) O trabalho em equipe dentro da escola e dos sistemas educacionais; 6) as alianças entre as escolas e os demais agentes educacionais; 7) o currículo em todos os seus níveis; 8) a quantidade, a qualidade e a disponibilidade de materiais educativos; 9) a pluralidade e a qualidade das didáticas; e 10) condições materiais e incentivos socioeconômicos e culturais mínimos. [...] por óbvio que pareça, é importante insistir que as políticas e a gestão da educação básica necessitam encontrar seu foco na essência da tarefa educativa – bem ensinar e bem aprender – tudo fazendo para cumprir a função social da escola com sucesso. [...] sua razão de existir está intrinsecamente ligada à tarefa primordial de bem ensinar e aprender. Gestão escolar bem-sucedida, portanto, é aquela voltada para a aprendizagem de todos os alunos. (VIEIRA, 2007, p.15).

Certamente que nem sempre foi assim, a visão da criança como protagonista no conceito escolar é algo novo, ou seja, pensar na criança como centro do planejamento escolar é algo que vem tomando conta da educação atual, uma vez que, a visão da criança e suas reais necessidades vem sendo vistas como algo necessário.

Hoje em dia o que a criança sabe e o que quer saber também é levado em consideração, sendo assim, aulas estritamente na qual apenas o professor é possuidor de conhecimentos e centro da atenção não é mais aceito. Agora entende-se a real necessidade de uma troca entre professor e aluno, na qual o professor media o conhecimento e faz com que o aluno participe ativamente do seu próprio processo de ensino aprendizagem.

Quando nos debruçamos na reflexão sobre a escola inclusiva, podemos nos deparar por inúmeras mudanças, uma vez que, na Idade Média as pessoas que eram acometidas por algum transtorno, deficiência ou necessidade especial não era bem vinda no contexto escolar, ou seja, as instituições escolares não tinham a preocupação de fazer com que essas pessoas tivessem suas necessidades respeitadas e tampouco levadas em consideração na hora da aprendizagem, uma vez que, elas eram vistas como incapazes, doentes e até mesmo indignas, inclusive, durante muito tempo as deficiências dessas pessoas eram vistas como castigo de Deus e muitas foram assassinadas de maneira cruel, como vítimas de enforcamento, afogadas e de outras inúmeras maneiras.

Quando o Brasil era colônia de Portugal essas pessoas ainda não tinham sua dignidade respeitada, no entanto, conforme o tempo foi passando as autoridades perceberam que houve um aumento significativo de crianças com alguma deficiência abandonadas na rua, sendo assim, acreditaram que precisavam fazer algo para acolhe-las e adotaram um modelo que chamava “A roda dos expostos” ou “A roda dos enjeitados”. A roda dos expostos era uma espécie de caixa que era colocado na parede de algumas instituições de caridade, como por exemplo: orfanatos, igrejas e conventos, na qual as crianças que eram rejeitadas ou abandonas por seus pais eram depositadas ali de forma anônima.

As instituições criadas para acolher e assistir os abandonados se constituíam em agências para eliminação da infância indesejada (...) a mortalidade nestas instituições era apavorante. Falta ainda ser feita uma pesquisa sobre as suas causas, podendo destacar entre elas a carência qualitativa e quantitativa de alimentação; as condições familiares; as doenças, tanto agudas como crônicas, sobretudo as oftálmicas, gastroenterites, sífilis e infecções gerais. As condições de vida, durante o

Desafios e estratégias na formação de professores para a educação inclusiva e direitos humanos na educação básica

Marlene da Silva e Elisângela Leal de Oliveira Mercado

século XVIII, mas também depois, eram precárias tanto nos grandes como nos pequenos asilos. (OLIVEIRA, 1990, p.176)

Segundo Mantoan (2003) o século XIX foi um marco na educação especial em nosso país, uma vez que foi um momento no qual a sociedade brasileira inspirou-se nas ações realizadas na Europa e tentou implementar algumas aqui e isso fez com que a forma de atendimento das pessoas com alguma deficiência foi motivo de reflexões isoladas, mas já foi algo que possibilitou pequenas mudanças.

Nesse contexto não podemos esquecer de citarmos sobre as iniciativas de caráter de instituições privadas e filantrópicas nas quais eram lideradas também pelos pais dessas crianças que tinha a responsabilidade de perpetuar o atendimento clínico e escolar das crianças com deficiências, em busca de formá-las para o trabalho e também para conviver melhor em sociedade. Foi a partir dessas ações que surgiu em 1954 a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) no país.

O campo de atuação das Apaes é amplo e cada organização possui suas diretrizes e particularidades de projetos, no entanto pode-se destacar quatro áreas fundamentais, pilares de sua atuação em todo o território brasileiro, que são saúde, assistência social, educação e convivência. De maneira geral, na área da saúde é ofertado acompanhamento individual ou em pequenos grupos, que visa o desenvolvimento sistêmico das potencialidades e inclusão social da pessoa com deficiência intelectual e/ou múltipla, juntamente com a participação da família. No campo da assistência social, é feito o acolhimento, a elaboração do diagnóstico social, o acompanhamento e o atendimento aos assistidos em prol de seu desenvolvimento, bem como ações que contribuirão para a construção da identidade e valorização humana. Tratando-se de educação, o principal objetivo é despertar interesses e habilidades cognitivas, sociais e comportamentais das pessoas com necessidades educativas especiais, a fim de construir sua cidadania e proporcionar sua inclusão na sociedade. Por fim, mas com igual importância, o centro de convivência é composto por duas ações, que são elas a inclusão no mercado de trabalho e o convívio social, tendo como missão proporcionar aos usuários a manutenção de suas capacidades físicas, sociais e intelectuais, garantindo-lhes melhor qualidade de vida como cidadãos (APAE ESPÍRITO SANTO, 2017, p.1).

Embora essas iniciativas fossem de extrema importância elas não estavam integradas nas políticas públicas voltadas para a educação e muitas das vezes eram ignoradas em importantes debates feitos por especialistas da época. Somente em 1957 a educação especial foi entendida pelo Poder Público como crucial no

desenvolvimento de ações inovadoras a essas crianças e com isso começou a propagação de diversas campanhas com o objetivo de conscientizar sobre inúmeras deficiências. No ano de 1972 o MEC (Ministério de Educação e Cultura) criou uma proposta na qual buscava estruturar uma educação especial, na qual o CENESP (Centro Nacional de Educação Especial) era responsável, hoje esse centro é chamado de Secretaria de Educação Especial (SEESP).

Pessoas com deficiências sempre existiram, no entanto, apenas depois de muitas lutas e organização maior da sociedade que a educação inclusiva teve maior desenvolvimento. Sendo assim, podemos dizer que a educação inclusiva surgiu na década de 90, após a Conferência Mundial de Educação Especial (1994), na qual teve a responsabilidade de pensar ações para incluir as pessoas com deficiências nas classes regulares de ensino e também na sociedade

[...] reafirmamos o nosso compromisso para com a Educação para Todos, reconhecendo a necessidade e urgência do providenciamento de educação para as crianças, jovens e adultos com necessidades educacionais especiais dentro do sistema regular de ensino e reendossamos a Estrutura de Ação em Educação Especial, em que, pelo espírito de cujas provisões e recomendações governo e organizações sejam guiados. (UNESCO, 1994).

A Declaração de Salamanca (1994) recebeu esse nome porque foi feita na cidade de Salamanca na Espanha, na qual 88 países e 25 organizações internacionais se reuniram para discutir sobre a educação inclusiva. Nesta reunião foram explanadas diversas ações, inclusive sobre o papel das escolas no atendimento de alunos com deficiência:

As escolas devem acolher todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras. Devem acolher crianças com deficiência e crianças bem-dotadas; crianças que vivem nas ruas e que trabalham; crianças de populações distantes ou nômades; crianças de minorias linguísticas, étnicas ou culturais e crianças 7 de outros grupos ou zonas desfavorecidas ou marginalizadas (Declaração de Salamanca, 1994).

Ainda sobre a Declaração de Salamanca, a mesma reflete diversas vezes sobre a educação, como no seguinte trecho:

Desafios e estratégias na formação de professores para a educação inclusiva e direitos humanos na educação básica

Marlene da Silva e Elisângela Leal de Oliveira Mercado

O direito de todas as crianças à educação está proclamado na Declaração Universal dos Direitos Humanos e foi reafirmado com veemência pela Declaração sobre Educação para Todos. Pensando desta maneira é que este documento começa a nortear Todas as pessoas com deficiência têm o direito de expressar os seus desejos em relação à sua educação. Os pais têm o direito inerente de ser consultados sobre a forma de educação que melhor se adapte às necessidades, circunstâncias e aspirações dos seus filhos. (Declaração de Salamanca, 1994).

A Declaração de Salamanca também discorre sobre a formação dos professores. Segundo o documento, ele diz que:

É preciso repensar a formação de professores especializados, a fim de que estes sejam capazes de trabalhar em diferentes situações e possam assumir um papel - chave nos programas de necessidades educativas 8 especiais. Deve ser adoptada uma formação inicial não categorizada, abrangendo todos os tipos de deficiência, antes de se enveredar por uma formação especializada numa ou em mais áreas relativas a deficiências específicas. (Declaração de Salamanca, 1994, p.28).

A Declaração de Salamanca foi um marco no debate sobre a educação inclusiva e a partir dela perpetuou diversas ações e assegurou direitos importantes que devem ser respeitados independentemente da cor, da deficiência, credo e outros fatores. A UNESCO (1994), declara que:

[...] tem direito fundamental à educação, e deve ser dada a oportunidade de atingir e manter o nível adequado de aprendizagem, toda criança possui características, interesses, habilidades e necessidades de aprendizagem que são únicas, sistemas educacionais deveriam ser designados e programas educacionais deveriam ser implementados no sentido de se levar em conta a vasta diversidade de tais características e necessidades. (UNESCO, 1994, p.1).

Estamos cientes de que a educação inclusiva é um processo desafiador na qual ainda está longe de ser cumprido, principalmente no que tange incluir os alunos e fazer com que permaneçam independentemente de suas necessidades educativas especiais, principalmente em salas de aulas regulares e com isso oferecer a eles uma educação de qualidade, respeitosa e um atendimento igualitário.

A inclusão não deve ser encarada como um favor, mas sim como direito de todas as pessoas, independentemente de suas necessidades e particularidades. Não

obstante, não devemos nos esquecer que a primícia da inclusão é de fato fazer com que esse aluno participe ativamente das atividades escolares, com um currículo pensado exclusivamente para ele, desse modo, a escola deve adaptar-se ao aluno e não o contrário.

Oferecer uma educação de qualidade é dever do Estado, conseqüentemente um direito institucionalizado na qual está inserido o oferecimento de uma prática pedagógica humanizada, transformadora, cidadã e democrática.

A educação é um caminho pelo qual contribui diretamente com a formação do sujeito, conseqüentemente possibilita seu desenvolvimento, tudo a partir da Constituição Federal de 1988.

O ato de educar o ser humano é fazer com que o mesmo tenha capacidade de entender todo o dinamismo social e com isso agir de maneira consciente e cidadã. Silva e Silva (2020, p. 39) aborda que:

Educação, por ser direito fundamental do ser humano, traz em si o potencial de contribuir para proporcionar dignidade. Isso porque a pessoa humana não deveria existir no mundo sem a esperança de um futuro mais digno para si, e a criação dessa expectativa é parte inerente ao processo educativo.

Dessa forma podemos entender que o processo educativo é inerente também na busca dos Direitos humanos, colocando uma relação entre a educação e a dignidade do ser humano. Não obstante, a Constituição Federal de 1988 trouxe um respaldo jurídico na proteção dos direitos de todos.

Quando analisamos o viés educativo e de direitos humanos, não podemos deixar de citar o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH), uma vez que, tal documento constituiu o marco inicial nas configurações das políticas educacionais. O PNEDH foi marcado por inúmeros debates de ordem necessárias e somente em 2006 que sua versão final foi publicada. Nessa versão possui uma análise aprofundada sobre ações inovadoras e metas das quais devem ser alcançadas bem como a formação dos profissionais. Dessa forma, o PNEDH é um documento norteador com diretrizes e princípios pensados e discutidos para o desenvolvimento

Desafios e estratégias na formação de professores para a educação inclusiva e direitos humanos na educação básica

Marlene da Silva e Elisângela Leal de Oliveira Mercado

de pessoas das quais lutam e defendem os direitos humanos. Não obstante o PNEHDH pode ser encarado como uma política pública.

O processo formativo de educação em direitos humanos tem como princípios as dimensões:

- a) apreensão de conhecimentos historicamente construídos sobre direitos humanos e a sua relação com os contextos internacional, nacional e local;
- b) afirmação de valores, atitudes e práticas sociais que expressem a cultura dos direitos humanos em todos os espaços da sociedade;
- c) formação de uma consciência cidadã capaz de se fazer presente nos níveis cognitivo, social, ético e político;
- d) desenvolvimento de processos metodológicos participativos e de construção coletiva, utilizando linguagens e materiais didáticos contextualizados;
- e) fortalecimento de práticas individuais e sociais que gerem ações e instrumentos em favor da promoção, da proteção e da defesa dos direitos humanos, bem como da reparação das violações (Brasil, 2006, p. 17).

E quando colocamos em análise a educação básica, o PNEHDH tem como norteadores as dimensões:

- i. a educação deve ter a função de desenvolver uma cultura de direitos humanos em todos os espaços sociais;
- ii. a escola, como espaço privilegiado para a construção e consolidação da cultura de direitos humanos, deve assegurar que os objetivos e as práticas a serem adotados sejam coerentes com os valores e princípios da educação em direitos humanos;
- iii. a educação em direitos humanos, por seu caráter coletivo, democrático e participativo, deve ocorrer em espaços marcados pelo entendimento mútuo, respeito e responsabilidade;
- iv. a educação em direitos humanos deve estruturar-se na diversidade cultural e ambiental, garantindo a cidadania, o acesso ao ensino, permanência e conclusão, a equidade (étnico-racial, religiosa, cultural, territorial, físico individual, geracional, de gênero, de orientação sexual, de opção política, de nacionalidade, dentre outras) e a qualidade da educação;
- v. a educação em direitos humanos deve ser um dos eixos fundamentais da educação básica e permear o currículo, a formação inicial e continuada dos profissionais da educação, o projeto político-pedagógico da escola, os materiais didático-pedagógicos, o modelo de gestão e a avaliação;
- vi. a prática escolar deve ser orientada para a educação em direitos humanos, assegurando o seu caráter transversal e a relação

dialógica entre os diversos atores sociais (Brasil, 2006, p. 23-24).

No entanto, para que essas dimensões estejam em consonância com o cotidiano escolar é necessário refletirmos sobre a formação dos professores. Entendemos a formação de professores como um conjunto dinâmico de ações das quais são transmitidas e refletidas pelos profissionais a fim de construir todo o processo de ensino aprendizagem. Dessa forma, em todo o processo de formação é necessário que o docente se questione rotineiramente sobre sua responsabilidade enquanto professor.

(...) Com quem trabalharemos? Com quem construiremos um projeto de vida, de escola, de educação, de sociedade? O que esperam de nós, nossos alunos e alunas? (...) Há muitos professores e professoras que se sentem infelizes na escola e principalmente na sala de aula. Falta interesse, falta disciplina, faltam objetivos claros, enfim, falta sentido para o que ensinam. O aluno também não vê sentido no que está aprendendo na escola. E vem a pergunta desalentadora: Para que estou estudando isso, professora? - Para que estudar? (GADOTTI, 2003, p. 50)

É necessário entender que o tipo de formação pelo qual o profissional recebe será a forma também como ele enxerga o mundo, sua prática docente, a ideologia e seu aluno.

Podemos dizer que a formação significa mudança de postura, de comportamento, de ação e de prática. Entendemos que formação é capacitação e preparação para o trabalho, para a luta e para vida, onde as pessoas são desafiadas a se construir pessoalmente e coletivamente, é um espaço de socialização e de produção dos saberes acumulados ao longo da história de cada um e da humanidade. (CALDART; PALUDO; JOHANNES, 2006, p. 149)

A formação de professores é um assunto ainda pouco analisado, dessa forma, entendemos a necessidade de desenvolver pesquisas e reflexões que coloque o objeto de estudo de forma mais efetiva, uma vez que, esse tema é essencial para que a qualidade da educação esteja sempre oferecida dentro dos parâmetros esperados. A formação dos professores está ligada diretamente também como o docente conduz sua aula, bem como todo o processo de mediação e conhecimento.

[...] os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente. I – Conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às

Desafios e estratégias na formação de professores para a educação inclusiva e direitos humanos na educação básica

Marlene da Silva e Elisângela Leal de Oliveira Mercado

reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural; II - organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas; III - adequação à natureza do trabalho na zona rural. (BRASIL, 2002, p. 16)

O professor deve acompanhar com sensibilidade e embasamento teórico as particularidades de seu aluno, bem como esteja atento também na construção do conhecimento. O professor precisa estar ciente que a escola é o lugar onde o aluno encontrará meios para socializar-se, formar-se intelectualmente e moralmente e os professores e toda a comunidade escolar tem como responsabilidade nortear e transmitir normas e valores para que prepare o cidadão que está em desenvolvimento e formação a viver em sociedade, toda essa aprendizagem não deve ser algo pensado fora do conteúdo programático, mas sim, de uma forma intrínseca e planejada de tal forma que no currículo escolar seja ensinado também o exercício da cidadania, a justiça e o respeito para com todos. É preciso que a escola pense o aluno como o centro do seu planejamento, ou seja, para a construção de uma escola com qualidade é preciso fazer com que o aluno reflita o real significado dos conceitos e normas necessárias para viver em uma sociedade mais harmoniosa e justa.

Não é suficiente dizer que os alunos precisam dominar conhecimentos, é necessário dizer como fazê-lo, isto é, investigar objetivos e métodos seguros e eficazes para a assimilação dos conhecimentos. [...] O ensino somente é bem-sucedido quando os objetivos do professor coincidem com os objetivos de estudos do aluno e é praticado tendo em vista o desenvolvimento das suas forças intelectuais. [...]. Quando mencionamos que a finalidade do processo de ensino é proporcionar aos alunos os meios para que assimilem ativamente os conhecimentos é porque a natureza do trabalho docente é a mediação da relação cognitiva entre o aluno e as matérias de ensino. (LIBÂNEO, 1998, p. 54-55).

O processo de ensino e aprendizagem trata-se de um processo de mudança efetuado pelo comportamento obtido através da experiência construída e de outros fatores. É preciso um equilíbrio entre as duas funções para se atingir o objetivo, cumprindo suas funções pedagógicas e contribuindo para o desenvolvimento de um indivíduo criativo e autônomo. A maior aprendizagem está na oportunidade oferecida às crianças e é definida em como os seres humanos adquirem novos conhecimentos e desenvolve novas competências. E nesse processo de ensino e aprendizagem exige uma relação contínua entre o professor e o aluno.

O conhecimento, pelo contrário, exige uma presença curiosa do sujeito face ao mundo. Requer sua ação transformadora sobre a realidade. Demanda uma busca constante. Implica em invenção e em reinvenção. Reclama a reflexão crítica de cada um sobre o ato mesmo de conhecer, pelo qual se reconhece conhecendo e, ao reconhecer-se assim, percebe o "como" de seu conhecer e os condicionamentos a que está submetido seu ato. (FREIRE, 1983, p.27)

O professor é um profissional dotado de capacidades, essas que são capazes de produzir e transmitir conhecimento de forma que o aluno assimile esse conhecimento como forma de aprendizado.

Não obstante, formação do professor é muito importante, uma vez que, quando o educador está ciente e compreende a importância do ensino e de como fazê-lo, sua concepção de aula muda também, o professor passa a pensar o ensino como algo coletivo, multifacetado e heterogêneo, fazendo com que a aprendizagem do seu aluno seja feita de forma ativa e construtiva e o professor coloca-se como mediador, tendo uma posição na qual humaniza o ensino, promovendo uma educação transformadora na qual o aluno sente-se seguro e motivado.

a BNCC demanda que o professor domine, para além dos conhecimentos específicos das diferentes áreas, pedagogias ativas e contextualizadas que facilitem a aprendizagem dos conteúdos curriculares em situações favoráveis ao desenvolvimento das competências sócio emocionais, ao desenvolvimento integral e ao projeto de vida dos estudantes. para garantir que os programas destinados à formação de professores resultem em melhoria da prática profissional, é necessário que eles sejam baseados não apenas em conteúdos específicos do currículo escolar, mas também em como ensinar esses conteúdos em seu contexto de atuação, possibilitando ao docente que aprenda a desenvolver estratégias variadas para atingir este fim. (BRASIL, 2018, p.2).

Por fim, o afeto e o respeito entre todos os envolvidos possuem importância crucial nesse processo de ensino e aprendizagem e deve estar presente em todas as áreas da vida do ser humano, influenciando diretamente seu desenvolvimento.

3. METODOLOGIA

A metodologia deste estudo adota uma abordagem exploratória, combinando análise de literatura relevante com o exame de dados secundários existentes.

Desafios e estratégias na formação de professores para a educação inclusiva e direitos humanos na educação básica

Marlene da Silva e Elisângela Leal de Oliveira Mercado

O objetivo é examinar como a formação docente pode ser aprimorada para incorporar efetivamente práticas educativas inclusivas e respeitar os direitos humanos dentro do ensino básico.

Serão selecionados artigos, livros e relatórios de pesquisa que abordem a formação de professores, práticas inclusivas, e a aplicação de direitos humanos na educação.

Os dados secundários serão obtidos de bases de dados acadêmicas, documentos governamentais e relatórios de organizações internacionais.

A análise seguirá uma revisão sistemática da literatura para identificar, avaliar e integrar as evidências disponíveis, permitindo um entendimento compreensivo dos desafios e das soluções potenciais.

Este método permitirá formular recomendações baseadas em evidências para melhorar a formação de professores na área de educação inclusiva e direitos humanos.

4. RESULTADOS

Os resultados da pesquisa apresentados abordam a formação de professores para a educação inclusiva e direitos humanos no ensino básico, revelando vários pontos-chave.

Apesar dos avanços legislativos, como a Declaração de Salamanca e a Lei Brasileira de Inclusão, persistem desafios significativos devido à falta de recursos específicos e à resistência institucional.

A formação de professores ainda requer uma abordagem mais integrada, que inclua não apenas conhecimento técnico, mas também competências emocionais e éticas, preparando os educadores para serem agentes de mudança capazes de implementar uma educação verdadeiramente inclusiva.

A pesquisa enfatiza a necessidade de reformas nas políticas de formação

docente para atender às demandas da educação inclusiva moderna, sugerindo que as políticas educacionais devem focar na formação contínua de professores para lidar com as necessidades específicas dos alunos com deficiência e promover ambientes escolares acolhedores e transformadores.

O estudo contribui para o campo ao sugerir reformas nas políticas de formação docente que priorizem essas competências integradas, visando um ambiente escolar mais acolhedor e transformador.

5. DISCUSSÃO

O estudo ressalta importantes reflexões críticas sobre o alinhamento entre políticas educacionais e práticas pedagógicas com os ideais de inclusão e respeito à diversidade. Os resultados mostram que, mesmo com uma base legislativa robusta para a educação inclusiva, ainda existem desafios substanciais devido às lacunas na formação dos professores e à resistência institucional, que são barreiras significativas à implementação efetiva de práticas educacionais inclusivas.

A formação de professores é destacada como uma área que frequentemente não abrange de maneira adequada as competências emocionais e éticas necessárias para tratar a diversidade na sala de aula. Isso sugere que a preparação dos educadores ainda está muito focada em aspectos técnicos e negligencia elementos cruciais que poderiam torná-los agentes de mudança mais eficazes no ambiente escolar. A pesquisa sublinha a necessidade de uma abordagem mais holística na formação docente, que integre conhecimentos técnicos com habilidades emocionais e éticas.

Além disso, a resistência institucional às mudanças necessárias para acomodar práticas inclusivas é um problema persistente. Muitas escolas e sistemas educacionais ainda operam sob paradigmas tradicionais que são incompatíveis com os princípios da educação inclusiva, o que dificulta a implementação de políticas e práticas que realmente respeitem os direitos e as necessidades de todos os alunos.

A discussão levanta questões importantes sobre como as reformas nas políticas de formação docente podem ser estruturadas para atender às exigências da educação inclusiva moderna. Sugere-se que as políticas educacionais deveriam priorizar a formação contínua de professores, focando em desenvolver não apenas competências pedagógicas, mas também capacidades para criar ambientes escolares acolhedores e transformadores que promovam a cidadania e a justiça social.

Esta análise contribui para a literatura ao fornecer evidências da importância de integrar direitos humanos e práticas educativas inclusivas na formação de professores. Mostra que a formação docente é um componente crucial para democratizar a escola e construir uma sociedade mais equitativa e justa, e destaca a necessidade contínua de inovação e adaptação nas estratégias de formação para responder eficazmente às necessidades da educação inclusiva contemporânea.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo revelou que a formação adequada de professores é crucial para a implementação eficaz da educação inclusiva e dos direitos humanos no ambiente escolar. Apesar dos avanços legislativos significativos, como a Declaração de Salamanca e a Lei Brasileira de Inclusão, os desafios persistem devido à falta de recursos específicos e à resistência institucional. A pesquisa enfatiza que a formação de professores deve ir além do conhecimento técnico, integrando também competências emocionais e éticas para preparar educadores como agentes de mudança.

Os resultados sugerem que as políticas educacionais devem focar na formação contínua de professores para lidar com as necessidades específicas dos alunos com deficiência. As escolas precisam se tornar ambientes acolhedores e transformadores, promovendo a cidadania e a justiça. A formação docente deve incluir não apenas conhecimento técnico, mas também estratégias para desenvolver um ambiente inclusivo que respeite as necessidades individuais dos alunos.

Este estudo contribui para a literatura ao fornecer evidências sobre a

importância de integrar direitos humanos e educação inclusiva na formação docente. A análise mostra que a formação de professores é um componente essencial para a democratização escolar e para a construção de uma sociedade mais equitativa e justa.

Uma limitação deste estudo foi o número restrito de participantes, o que pode limitar a generalização dos resultados. Além disso, a pesquisa se baseou principalmente em uma análise de literatura e dados secundários, o que pode não capturar completamente as nuances da prática educacional diária.

Futuras pesquisas poderiam explorar a eficácia de diferentes modelos de formação docente em diversos contextos escolares. Além disso, estudos empíricos com uma amostra mais ampla de professores e escolas poderiam proporcionar uma compreensão mais detalhada dos desafios e soluções para a educação inclusiva.

Em conclusão, este estudo destaca a importância da formação docente na promoção de uma educação inclusiva e o respeito aos direitos humanos, fundamental para o desenvolvimento de uma sociedade mais equitativa e inclusiva. A formação contínua e abrangente de professores é essencial para enfrentar os desafios persistentes e garantir que todos os alunos tenham acesso a uma educação de qualidade.

REFERÊNCIAS

ANDREOLA, B. PAULY, E. Educação e Direitos Humanos na perspectiva ética da Educação Popular. Revista Diálogo 17. Disponível em:

<https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/5113496.pdf>. Acesso em novembro 2023.

APAE ESPÍRITO SANTO. Apae ES, c2017. A história das Apaes. Disponível

em:[https://www.apaes.org.br/files/meta/b9f4a423-b282-43c3-](https://www.apaes.org.br/files/meta/b9f4a423-b282-43c3-889a07d394a6cb3d/49fd7137-a301-4206-b69d-1ee5e2b89d16/276.pdf)

[889a07d394a6cb3d/49fd7137-a301-4206-b69d-1ee5e2b89d16/276.pdf](https://www.apaes.org.br/files/meta/b9f4a423-b282-43c3-889a07d394a6cb3d/49fd7137-a301-4206-b69d-1ee5e2b89d16/276.pdf). Acesso em: novembro de 2023.

ARROYO, Miguel G. Políticas de formação de educadores (as) do campo. Caderno Cedes. Campinas, 2007.

BEZERRA, G. F. Preparando a primavera: contribuições preliminares para uma crítica superadora à pedagogia da inclusão. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, nº 68, p. 272-287, jun. 2016. Disponível em:

https://www.researchgate.net/publication/312665565_Preparando_a_primavera_Contribuicoes_preliminares_para_uma_critica_superadora_a_pedagogia_da_inclusao. Acesso em:

Desafios e estratégias na formação de professores para a educação inclusiva e direitos humanos na educação básica

Marlene da Silva e Elisângela Leal de Oliveira Mercado

novembro de 2023.

BOTO, C. A educação escolar como direito humano de três gerações: identidades e universalismos. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/MMTMmp6w8n6yBWvrkbVCJtc/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em novembro de 2023.

BOBBIO, Norberto. A era dos direitos. Tradução Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/297730/mod_resource/content/0/norberto-bobbio-a-era-dos-direitos.pdf. Acesso em novembro de 2023.

BUENO, J. G. da S. As políticas de inclusão escolar: uma prerrogativa da educação especial? In: BUENO, J. G. da S.; MENDES, G. M. L.; SANTOS, R. A. dos. Deficiência e escolarização: novas perspectivas de análise. Araraquara, SP: Junqueira&Marin; Brasília, DF: CAPES, 2008. Disponível em: <https://producoeseconhecimentos.files.wordpress.com/2016/08/deficiencia-e-escolarizac3a7c3a3o.pdf>. Acesso em: novembro de 2023.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CES nº 2, de 13 de maio de 2016. Define as diretrizes curriculares nacionais para a formação inicial e continuada em nível superior para funcionários da educação básica. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=4108_1-rces002-16-pdf&category_slug=maio-2016-pdf&Itemid=30192. Acesso em: novembro de 2023.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: novembro de 2023.

BRASIL. Decreto nº 7.037, de 21 de dezembro de 2009. Aprova o Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH-3 e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/Decreto/D7037.htm. Acesso em: novembro de 2023.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: novembro de 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CEB 36/2001 - Homologado Despacho do Ministro em 12/3/2002, publicado no Diário Oficial da União de 13/3/2002, Seção 1, p. 11. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/pceb36_01.pdf. Acesso em: novembro de 2023.

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular (BNCC): educação é a base. Brasília, DF: MEC/CONSED/UNDIME, 2018.

CARNEIRO, F. A proteção internacional dos direitos humanos: um estudo sobre a inclusão social da pessoa com deficiência. Disponível em: <https://periodicosfacesf.com.br/index.php/Legalislux/article/view/223/57>. Acesso em: novembro de 2023.

CARVALHO, Ademar de L. Os caminhos perversos da educação: a luta pela apropriação do conhecimento no cotidiano da sala de aula. Cuiabá: Edufmt, 2005.

COSTA, Valdelúcia Alves da. Educação inclusiva, direitos humanos, formação docente e democratização da escola. Revista Diálogos e Perspectivas em Educação Especial, v. 10, n.

2, p. 159-172, Jul.-Dez, 2023.

DIAS, Viviane Borges; SILVA, Luciene Maria da. Educação inclusiva e formação de professores: o que revelam os currículos dos cursos de licenciatura? Revista Práxis Educacional, Vitória da Conquista – Bahia – Brasil, v. 16, n. 43, p. 406-429, Edição Especial, 2020.

DRUMOND, Simone Helen Ischkanian. Autismo e educação: métodos, programas e técnicas educacionais para autistas. Projeto. 2020. MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Inclusão escolar: o que e? Por quê? Como fazer? São Paulo: Moderna, 2003.

FERREIRA, W. Pedagogia das possibilidades: é possível um currículo para a diversidade nas escolas brasileiras? Cadernos CENPEC, v. 3, n. 2, p. .p.73-98, 2013. Disponível em: <https://cadernos.cenpec.org.br/cadernos/index.php/cadernos/article/view/230/255>. Acesso em: novembro de 2023.

FREIRE, P. Conscientização São Paulo: Cortez, 1983.

GADOTTI, Moacir. Boniteza de um sonho: ensinar-e-aprender com sentido. Novo Hamburgo: Feevale, 2003.

HERRERA FLORES, Joaquin. A reinvenção dos direitos humanos. Disponível em: https://www.patriciamagno.com.br/wp-content/uploads/2017/05/A-reinven%C3%A7%C3%A3o-dos-DH-_Herrera-Flores.pdf . Acesso em novembro de 2023.

LIBÂNEO, José Carlos. Pedagogia e pedagogos, para quê? São Paulo: Cortez, 1998a.

LIBÂNEO, José Carlos. Perspectivas de uma pedagogia emancipadora face às transformações do mundo contemporâneo. Revista Pensar a Prática, Goiás, v. 1, p. 1- 22, jan./jun. 1998b.

LIBÂNEO, José Carlos. Pedagogia e pedagogos, para quê? 7ed. São Paulo: Cortez, 2004.

OLIVEIRA, H. L. P. Os filhos da falha: assistência aos expostos e remodelação das condutas em Desterro (1828-1887). São Paulo, PUC-SP, 1990, p. 176.

SILVA, A; Kamianecky, M. e Casagrande, C. Educação e direitos humanos: uma reflexão a partir da escola. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/5754681.pdf> . Acesso em novembro de 2023.

UNESCO. Declaração de Salamanca. Educação Especial organizada pelo governo da Espanha em cooperação com a UNESCO, realizada em Salamanca entre 7 e 10 de junho de, 1994.

VIEIRA, Sofia Lerche. Política(s) e Gestão da Educação Básica: revisitando conceitos simples. RBPAE – v.23, n.1, p. 53-69, jan./abr. 2007.

VOLPATO, A.; CHEMIN, M. Políticas públicas de educação inclusiva sob a ótica da declaração universal sobre bioética e direitos humanos. Disponível em: <http://revistas.ung.br/index.php/educacao/article/view/4947/3392>. Acesso em novembro de 2023.